



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

OFÍCIO Nº 14/2022 – CPAI

São Paulo, 29 de março de 2022.

Excelentíssimos(as) Magistrados(as)
Ilustríssimos(as) Servidores(as)
Integrantes da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do
Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Assunto: Relatório das ações desenvolvidas em 2021 para a promoção da acessibilidade e inclusão no âmbito do E. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

1. Introdução

Visando dar cumprimento ao disposto no inciso III, do Art. 26, da Resolução nº 401/2021, do C. Conselho Nacional de Justiça¹, servimo-nos do presente com o desígnio de submeter para análise/aprovação de V. Exas. e de V. Sas., o relatório anual de atuação da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, destacando-se as ações desenvolvidas no âmbito deste Regional no ano de 2021, destinadas à promoção da acessibilidade, inclusão e direitos das pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida.

A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, que é equipe multidisciplinar, com o apoio técnico-operacional da Seção de Acessibilidade e Inclusão², tem promovido diversificadas ações, visando à remoção de barreiras físicas,

1 Art. 26. São competências da Comissão de Acessibilidade e Inclusão:

(...)

III – aprovar relatório anual de atuação da Comissão, acerca da promoção da acessibilidade e inclusão no órgão.

2 A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão é formada por magistrados e servidores, com e sem deficiência, representantes das diversas áreas deste Regional. Foi instituída através do Provimento GP nº 05/2007, publicado em 17.12.2007. Em 2010, por meio do Ato GP nº 03/2010, foi criada a Seção de Acessibilidade e Inclusão com o objetivo de implementar as ações da Comissão. Com a publicação do Ato GP nº 04/2019, a Seção de Acessibilidade e Inclusão passou a ser vinculada à Secretaria Geral da Presidência.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

arquitetônicas, atitudinais, nas tecnologias, na informação e nas comunicações, a fim de propiciar acesso amplo e irrestrito das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, gestantes, idosos e obesos, aos serviços prestados pelo Regional. Visa, ainda, promover a inclusão e adaptação dos magistrados, servidores, estagiários e aprendizes com deficiência ao ambiente de trabalho institucional atuando na implementação de acessibilidade física e arquitetônica; disponibilização de vagas de estacionamento para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; atendimento aos jurisdicionados e advogados com e sem deficiência; acessibilidade à informação e à comunicação; ação afirmativa como forma de política pública de inclusão, com destaque à reserva de cargos e empregos públicos com a inclusão de pessoas com deficiência intelectual.

2. Principais atividades desenvolvidas

2.1. Contratação de Aprendizes com Deficiência Intelectual

Em 2019, este Tribunal, a pedido da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, implementou projeto visando à contratação de 06 (seis) aprendizes com deficiência intelectual. Este projeto, que tem por objetivo minimizar o quadro de completa exclusão das pessoas com deficiência intelectual no que respeita ao direito ao trabalho, em especial, em Órgãos Públicos, teve continuidade no ano de 2021.

O trabalho na condição de aprendiz é norma protetiva que garante ao profissional com deficiência qualificação e maiores possibilidades de colocação, posteriormente, no mercado regular de trabalho. Faz-se imprescindível, contudo, acompanhar a evolução do conhecimento profissional adquirido durante aprendizagem, bem como a observância de outros requisitos legais.

A contratação se deu por meio de instituição especializada, na modalidade de emprego apoiado. Essa metodologia tem por objetivo garantir que o direito fundamental ao trabalho seja assegurado a todas as pessoas, independentemente de sua deficiência ou limitação. Inverte-se o processo tradicional de treinar primeiro, para só depois colocar as pessoas no ambiente de trabalho. Assim, com a orientação pedagógica adequada, o trabalhador tem acesso ao emprego formal, também lhe são garantidas condições de nele se manter e progredir. A contratação prevê também a realização de políticas de conscientização pela contratada.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

2.2. Ações de conscientização, sensibilização e capacitação

No âmbito deste Tribunal têm sido realizadas ações de capacitação, além de eventos de conscientização e de sensibilização, possibilitando não só a inclusão de magistrados, servidores e aprendizes com deficiência no ambiente de trabalho, mas também o adequado atendimento a advogados e jurisdicionados nessas condições. As ações a seguir foram realizadas no ano de 2021.

Tabela 01 – Ações de conscientização, sensibilização e capacitação:

| Nome da ação | Público-Alvo | Descrição | Quantidade |
|--|--|--|---|
| Curso: Libras básico para a Justiça do Trabalho - EAD - 1/2021 | Magistrados(as) e servidores(as) do TRT-2 | Fornecer conhecimentos básicos ao público-alvo a prestar atendimento, em Libras, a respeito dos trâmites processuais e rotinas do Tribunal. | 11 capacitados |
| Curso: Inclusão social e laboral das pessoas com deficiência intelectual ou transtorno do espectro autista - EAD - 1/2021 (turma piloto) | Magistrados(as) e servidores(as) do TRT-2 e aprendizes | Ao final deste curso o aluno será capaz de compreender e apoiar pessoas com deficiência intelectual ou com transtorno do espectro autista no ambiente de trabalho. | 37 magistrados e 52 servidores: total de 89 pessoas capacitadas |
| Curso: Inclusão social e laboral das pessoas com deficiência intelectual ou transtorno do espectro autista - EAD - 2/2021 | Magistrados(as) e servidores(as) do TRT-2 e aprendizes | Ao final deste curso o aluno será capaz de compreender e apoiar pessoas com deficiência intelectual ou com transtorno do espectro autista no ambiente de trabalho. | 24 magistrados e 60 servidores: total de 84 pessoas capacitadas |
| Palestra: O emprego apoiado como ferramenta de inclusão para pessoas com deficiência intelectual e/ou no espectro autista. Victor Martinez, Supervisor do Serviço de | Magistrados(as) e servidores(as) do TRT-2 e aprendizes | | 93 capacitados |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

| | | | |
|--|---|--|-----------------|
| Inclusão Profissional e Longevidade, do Instituto Jô Clemente. 1:30 horas/aula | | | |
| Curso: Lei Brasileira de Inclusão - Estatuto da Pessoa com Deficiência - Profª. Dra. Katia Regina Cezar – 15 horas/aula | Magistrados(as) e servidores(as) do TRT-2 e aprendizes | Tem por objetivo o estudo dos direitos das pessoas com Deficiência previsto na lei 13.146/2015, baseada na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (Decreto 6.949/2009) | 44 capacitados |
| Palestra: Dimensões da Acessibilidade e sua importância para a inclusão laboral da pessoa com deficiência à luz da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e da Lei Brasileira de Inclusão. Romeu Kazumi Sassaki, 2:30 horas/aula | Magistrados(as) e servidores(as) do TRT-2 e aprendizes | O objetivo é capacitar o público-alvo acerca da temática em referência, além de dar cumprimento ao previsto no art. 18 da Resolução CNJ nº 401/2021, bem como ao disposto no artigo 7º da Resolução CNJ nº 343/2020. | 137 capacitados |
| Palestra: Aposentadoria da pessoa com deficiência | Magistrados(as) e servidores(as) do TRT-2, Magistrados(as) e servidores(as) de outros Tribunais, Membros e servidores(as) do MPT, advogados(as) e público externo | Trazer informação, em especial aos magistrados e servidores com deficiência, sobre as peculiaridades da aposentadoria da pessoa com deficiência. | 103 capacitados |
| Curso: As dimensões da acessibilidade e a inclusão laboral das pessoas com deficiência. Romeu Kazumi Sassaki, 16 | Magistrados(as), servidores(as), estagiários(as) e aprendizes do TRT2 | Capacitar o público-alvo acerca da temática em referência, além de dar cumprimento à Resolução nº 401/2021 do CNJ (em especial, art. 17, caput, e § 2º; art. 18; art. 22, § 4º e art. 23, III. Anexo da Resolução nº 401/2021 – itens 2.1.; 2.2; 2.3; 2.6. e 2.7.) | 55 capacitados |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

| | | | |
|---|--|--|--|
| horas/aula | | | |
| Curso: Direitos Fundamentais e Pessoa com deficiência. Daniela Kovács, 12 horas/aula | Magistrados(as), servidores(as), estagiários(as) e aprendizes do TRT-2, Interessados (as) de outros tribunais e de demais órgãos da administração pública e estudantes | Capacitar o público-alvo acerca da temática em referência, além de dar cumprimento à Resolução nº 401/2021 do CNJ (em especial, art. 17, caput, e § 2º; art. 18; art. 22, § 4º e art. 23, § 3º. Anexo da Resolução nº 401/2021 – itens 2.1; 2.2; 2.3; 2.6. e 2.7). | 4 magistrados, 25 servidores e 11 público externo: total de 40 pessoas capacitadas |
| Ciclo de palestras jurídicas sobre a Lei Brasileira de Inclusão: Conquistas e desafios após 5 anos de vigência do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) | Magistrados(as), servidores(as), estagiários(as), aprendizes do TRT2 E público externo | Analisar as conquistas, o que pode e precisa ser implementado ou melhorado e o que se demonstrou inadequado após cinco anos de vigência do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). | dia 25/10: 14 magistrados 60 servidores 30 público externo: total de 104 pessoas capacitadas dia 26/10: 19 magistrados 58 servidores 27 público externo: total de 104 pessoas capacitadas dia 27/10: 16 magistrados 54 servidores 40 público externo: total de 110 pessoas capacitadas |
| Curso: Acessibilidade e inclusão no ambiente jurídico - EAD - 1/2021 | magistrados(as), servidores(as), aprendizes e estagiários(as) | Qualificar a interação entre pessoas com e sem deficiência para atender da melhor forma possível o público com deficiência. | 15 magistrados e 21 servidores: total de 36 |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

| | | | |
|---|--|--|--|
| | do TRT2 | | peças capacitadas |
| Curso: Inclusão social e laboral das pessoas com deficiência intelectual ou transtorno do espectro autista - EAD - 3/2021 | Magistrados(as) e servidores(as) do TRT-2 | Ao final deste curso o(a) aluno(a) será capaz de compreender e apoiar pessoas com deficiência intelectual ou com transtorno do espectro autista no ambiente de trabalho. | 33 capacitados |
| Curso híbrido: Audiodescrição – Módulo II | Servidores(as) do TRT-2 | O curso objetiva revisar o conteúdo apresentado no Curso de Introdução à Audiodescrição, de forma que alunos que não participaram deste módulo possam se contextualizar sobre o recurso e avançar junto com os outros em práticas mais avançadas com foco na audiodescrição de imagens estáticas e dinâmicas, de forma a preparar os funcionários do Tribunal Regional do Trabalho a fazer a audiodescrição de publicações, vídeos curtos, eventos, exposições culturais e reuniões | 21 capacitados |
| Evento: “Cultura Inclusiva” (dia 10/12/2021, das 17h30 às 19h00 - horário de Brasília). | Magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as) do TRT-2 e de outros Tribunais Regionais do Trabalho, membros e servidores(as) do MPT, advogados(as) e público externo | O Evento: Cultura Inclusiva traz a potência e o talento de artistas cegos e com baixa visão no Dia Internacional dos Direitos Humanos, abordando a inclusão, a acessibilidade e a importância do respeito à diversidade humana. Consistirá de apresentações musicais e teatral com interpretação em libras e audiodescrição, tendo como protagonistas pessoas cegas e com baixa visão. A iniciativa é da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TRT-2, com realização pela Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB) e apoio da Escola Judicial do TRT2. | 11 Magistrados; 26 Servidores; 04 Participantes Externos. Total: 41 participantes |
| Curso de Formação Inicial de Servidores | Servidores(as) recém-empossados(as) | Palestra: TRT2 e as ações de acessibilidade | 57 servidores |
| Ciclo de Capacitação para Gestores e Gestoras | Gestores e gestoras | Palestra: Acessibilidade e Inclusão | 2 magistrados e 139 servidores. Total 141 pessoas |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

| | | | |
|---|--|--|---|
| | | | capacitadas |
| Participação do Exmo. Sr. Desembargador Alvaro Alves Nôga, Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, como entrevistado na Live promovida pela SECOM e transmitida via Instagram do TRT2 | Magistrados(as), servidores(as), estagiários(as), aprendizes do TRT2 e público externo | Live com o desembargador Álvaro Alves Nôga. O magistrado falou sobre a aplicação da Lei de Cotas da pessoa com deficiência, a acessibilidade no PJe, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, entre outros. | 955 visualizações verificadas em 17.03.2022 |
| Total de atividades: 17 | | | 1303 capacitações |

2.3. Planejamento e acompanhamento orçamentário

Para 2021, A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão e a Seção de Acessibilidade e Inclusão solicitaram à Diretoria Geral da Administração as quantias abaixo discriminadas para projetos de inclusão e ações de capacitações:

Tabela 02 – Planejamento orçamentário 2021

| DESCRIÇÃO | VALOR |
|---|----------------|
| Projeto de inclusão de pessoas com Deficiência Intelectual - Contratação na condição de aprendizes | R\$ 253.345,00 |
| Acessibilidade - Cursos e eventos - Evento de conscientização sobre Acessibilidade e Inclusão, conforme Resolução nº 401/2021 do C. CNJ, para público interno e externo, com interpretação em Libras e Audiodescrição em tempo real | R\$ 21.115,00 |
| Capacitação - Curso Presencial de Audiodescrição, módulo intermediário, 20 (vinte) horas, para 20 servidores. | R\$ 7.000,00 |

Com relação às informações constantes na “Tabela 01 – Ações de conscientização, sensibilização e capacitação”, o evento “Cultura Inclusiva” e o “Curso híbrido: Audiodescrição – Módulo II” foram contratados a partir desta reserva orçamentária prévia.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Os valores residuais dessas contratações foram devolvidos à Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira, conforme solicitado.

Os demais cursos e palestras foram contratados em parceria com a Escola Judicial, conforme discriminado no Ofício EJUD2 nº 034/2021.

2.4. Cadastro atualizado das Pessoas com Deficiência

A Seção de Acessibilidade e Inclusão mantém cadastro de magistrados, servidores e aprendizes com deficiência, com informação sobre lotação, matrícula, tipo de deficiência, data da posse e exercício, atualizando-o permanentemente, possibilitando que, também, as pessoas que adquirem alguma deficiência durante sua vida funcional sejam contempladas. Esse controle permite verificar qual o tipo de deficiência, dando a dimensão de futuras necessidades para desenvolvimento de ações e projetos.

Atualmente, há **07 magistrados e 200 servidores ativos com deficiência**, sendo: 03 com deficiência psicossocial, 72 com deficiência visual, 26 com deficiência auditiva, 98 com deficiência física e 01 com deficiência intelectual; além de **06 aprendizes com deficiência intelectual**.

Quando novos servidores com deficiência tomam posse, é solicitado que entrem em contato com a Seção de Acessibilidade e Inclusão para serem informados sobre a atuação desta Seção e da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, e, na oportunidade, durante reunião específica, são consultados sobre a necessidade de fornecimento de tecnologia assistiva. No ano de 2021 foram realizadas cinco reuniões específicas para esta finalidade, sendo três direcionadas para novos servidores, uma para orientação de advogado com deficiência visual e uma para apresentação de tecnologias assistivas a servidor com deficiência.

2.5. Oferta de recursos de Tecnologia Assistiva

No âmbito deste Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região são disponibilizadas tecnologias assistivas, a exemplo das relacionadas abaixo:

- monitores maiores de 24" polegadas;
- *softwares* ampliadores de tela;
- lupas eletrônicas para as pessoas com baixa visão;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

- *softwares* leitores de tela;
- teclados invertidos;
- Linha braile ou *Display Braille*;
- Impressora braile que possibilita a impressão neste sistema de leitura e escrita tátil;
- fornecimento de licenças do Pacote OFFICE que são mais acessíveis e comunicáveis aos *softwares* leitores de telas;
- dentre outros recursos que se façam necessários, mesmo que sejam disponibilizados individual e pontualmente.

As tecnologias assistivas são oferecidas a partir de demandas que surgem com novos magistrados, servidores, estagiários e aprendizes com deficiência ou os que passem a necessitar desses recursos. Visam à supressão das barreiras nas tecnologias, na informação e nas comunicações, essenciais para o desenvolvimento das atividades diárias dessas pessoas.

Tabela 03 – Disponibilização de recursos de tecnologia assistivas

| | |
|---|-----------|
| Licenças do leitor de telas JAWS com dispositivos externos Hardlock Dongle USB, versão 2021 | 10 |
| Monitores maiores de 24 polegadas | 15 |
| Total | 25 |

2.6. Acessibilidade Física e Arquitetônica

O trabalho da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão e da Seção de Acessibilidade e Inclusão visa, entre outros objetivos, contribuir na eliminação das barreiras físicas e arquitetônicas e na adequação dos imóveis que compõem esta Justiça Especializada às normas técnicas de acessibilidade, para garantir autonomia e acesso à justiça para pessoas com deficiência, restrição de mobilidade, obesos, gestantes, idosos etc.

Além da manutenção das adequações de acessibilidade, a exemplo da modernização de elevadores, construção de rampas de acesso, adequação de sanitários e disponibilização de vagas de estacionamento para pessoas com deficiência que possuam restrição de mobilidade, novas ações nesse sentido têm sido realizadas com o apoio/atuação da Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial – SILAP.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Inclusive, foram elaborados estudos específicos para a execução das adaptações necessárias, visando proporcionar a acessibilidade física e arquitetônica, em todos os prédios do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

2.6.1. Projeto de Acessibilidade Física e Arquitetônica:

Com efeito, vale destacar o Projeto de Acessibilidade Física e Arquitetônica elaborado pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão deste Tribunal e que resultou da análise das respostas fornecidas ao questionário, considerando a análise de 5 (cinco) itens de acessibilidade física e arquitetônica:

- vias e rampas;
- sanitários acessíveis;
- piso tátil direcional e de alerta;
- sinalização sonora, visual e tátil.

Assim, constatou-se a necessidade da implementação de medidas para a melhoria das condições de acessibilidade arquitetônica nas instalações deste Regional, nos termos da norma técnica nº 9050 da ABNT.

Em 2021 foram realizadas as seguintes ações, conforme informações obtidas com a Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial – SILAP:

a) Projetos contratados:

Projeto de acessibilidade da Unidade Rio Branco e dos Fóruns de São Bernardo do Campo, Santos, Osasco, Arujá, Ferraz de Vasconcelos, Poá, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Praia Grande, Suzano, São Vicente e Guarulhos.

Fórum Ruy Barbosa - a contratação com o arquiteto Décio Tozzi aconteceu em 2019, porém, o projeto final só foi entregue em 2021, conforme PROAD 77199/2019

Edifício Sede teve a licitação fracassada, será reapresentada ainda neste primeiro semestre.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

b) Projetos desenvolvidos em 2021:

Projeto de acessibilidade dos Fóruns de São Bernardo do Campo, Santos, Osasco, Rio Branco

c) Projetos em desenvolvimento (contratados em 2021 e ainda não finalizados):

Fóruns de Arujá, Ferraz de Vasconcelos, Poá, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Praia Grande, Suzano, São Vicente, Cubatão e Guarulhos.

d) Obras licitadas:

Obra do Fórum de Osasco e unidade Rio Branco

e) Obras realizadas:

Obra da unidade Rio Branco finalizada e obra do Fórum de Osasco em desenvolvimento.

Zona Leste e Zona Sul, além das Unidades Administrativas II e III - foram assinados os contratos em 2022 - projetos em desenvolvimento.

2.6.2. Disponibilização de vagas de estacionamento para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida

O objetivo é facilitar o acesso de magistrados, servidores, advogados e jurisdicionados às dependências deste Tribunal, em cumprimento à Legislação específica: Lei nº 10.098/2000, Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão) e Resolução nº 401/2021 do C. CNJ.

A publicação da Portaria GP nº 15/2018, de 13 de março de 2018, regulamenta as vagas de estacionamento de uso exclusivo por pessoas com deficiência que possuam restrição de mobilidade, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Em 2021, o Tribunal manteve a disponibilização de 65 vagas de estacionamento para esse público.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

2.7. Efetivação das ações inclusivas

Releva notar que ações inclusivas atendem todas as pessoas e não só às que têm deficiência ou restrição de mobilidade. Traduzem-se na efetivação dos fundamentos da República Federativa do Brasil, insertos no artigo 1º. da Constituição Federal, quais sejam: a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho; contribuindo, assim, para tornar a Justiça do Trabalho mais inclusiva, solidária e acessível a todos.

Neste sentido, para a promoção da acessibilidade e inclusão, no ano de 2021, foram realizadas as demais ações relacionadas nas tabelas abaixo:

Tabela 04 – Demais ações para promoção da acessibilidade e inclusão

| Nome da ação | Público-Alvo | Descrição | Quantidade |
|---|--|---|-------------|
| Acompanhamento do Projeto de Acessibilidade Física e Arquitetônica | Magistrados, servidores, advogados e jurisdicionados | Visa contribuir na adequação da acessibilidade física e arquitetônica dos imóveis próprios e/ou alugados que compõem o TRT-2 com o estabelecimento de prioridades e prazos para elaboração de projetos e posterior execução de medidas para alcance de tal finalidade. | 42 imóveis |
| Disponibilização de vagas de estacionamento para pessoas com deficiência com mobilidade reduzida | Magistrados, servidores, advogados e jurisdicionados | O objetivo é facilitar o acesso de magistrados, servidores, advogados e jurisdicionados às dependências deste Tribunal, em cumprimento à Legislação específica: Lei nº 10.098/2000, Lei nº 13.146/2015 (LBI) e Resolução nº 401/2021 do C. CNJ. | 65 vagas |
| Atuação de servidor do TRT-2 intérprete de Língua Brasileira de Sinais em audiências, perícias e demais atos processuais, (janeiro a abril de 2021) | Jurisdicionados | Prestação jurisdicional acessível aos Surdos e às pessoas com deficiência auditiva que fazem uso da Língua Brasileira de Sinais (art. 13 da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e inciso II do art. 4º da Resolução nº 401/2021, do C. CNJ). | 24 atuações |
| Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de tradução e interpretação em | | Atuação, de forma simultânea, em cursos, palestras e eventos presenciais ou telepresenciais | 16 horas |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

| | | | |
|--|--------------------------------------|---|---|
| Língua Brasileira de Sinal - LIBRAS/Português | | | |
| Criação de assunto específico no Proad | Magistrados e Servidores | Protocolo Administrativo: ACESSIB - Pedido de parecer da comissão permanente de acessibilidade e inclusão | |
| Continuidade do Projeto de Inclusão de 06 aprendizes com deficiência intelectual | Magistrados, servidores e aprendizes | Finalidade: Inclusão efetiva de pessoas com deficiência intelectual no âmbito do TRT-2, na condição de aprendizes, tendo em vista que os concursos públicos, tal como realizados, constituem verdadeiras barreiras ao acesso dessas pessoas a cargos públicos. Por meio da aprendizagem, as pessoas com deficiência intelectual são capacitadas para posterior ingresso no mercado regular de trabalho. | quantitativo de 233 pessoas envolvidas das áreas que possuem Aprendizagem com Deficiência Intelectual, no âmbito deste Tribunal |

Tabela 05 – Formulação de Estudos Técnicos Preliminares, Termos de Referência e de minutas para subsidiar a edição de atos normativos

| Nome da ação | Descrição |
|------------------------|--|
| ATO GP Nº 11/2021 | Dispõe sobre condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que tenham filho(a), cônjuge, companheiro(a) ou dependente nessas condições e dá outras providências. |
| TR nº 01/2021 | Garantia a prestação jurisdicional para a pessoa que se comunica em Libras |
| PORTARIA GP Nº 32/2021 | Redefine a composição da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, na forma que especifica. |
| ETP e TR nº 02/2021 | Promoção de apresentação teatral e musical de 1:30 de duração, tendo como protagonistas pessoas cegas e com baixa visão para abordar a inclusão, acessibilidade e importância do respeito à diversidade humana, a ser realizada em 10/12/2021, de forma telepresencial: "Cultura inclusiva". |
| ETP e TR nº 03/2021 | Curso de Audiodescrição – Módulo 2 – para reciclagem e aperfeiçoamento de servidores, aprendizes e estagiários no âmbito deste Regional. Carga horária total de 20 horas. |
| ETP e TR nº 04/2021 | Contratação de empresa para prestação de serviço de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais – Libras/Português para |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

| | |
|--|--|
| | atuar de forma simultânea em cursos, palestras e eventos presenciais ou telepresenciais. |
|--|--|

Tabela 06 – Participação de integrantes da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão e de servidores da Seção de Acessibilidade e Inclusão em eventos externos

| Participação | Data |
|---|------------|
| Participação como ouvinte da servidora Thays Martinez e do servidor Ivo Cleiton de Oliveira Ramalho na 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE, sobre a avaliação biopsicossocial | 10/02/2021 |
| Participação como ouvinte da servidora Thays Martinez no webinar "Avaliação Biopsicossocial da Deficiência", organizado pelo Tribunal de Contas da União - TCU | 15/07/2021 |
| Participação do Exmo. Sr. Desembargador Alvaro Alves Nôga, Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, na comemoração do 30º aniversário da Lei de Cotas, evento realizado pela Câmara Paulista para a Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho Formal | 23/07/2021 |
| Palestra da Ilma. Sra. Daniela Kovács, Chefe da Seção de Acessibilidade e Inclusão, proferida no 3º Seminário temático do TRT-18 com o tema: "Inclusão da pessoa com deficiência" | 27/08/2021 |

Tabela 07 – Pareceres e expedientes emitidos

| Identificação | Quantidade |
|--|------------|
| Ofícios: | 40 |
| Memorandos: | 26 |
| Pareceres: horário especial, teletrabalho e reconhecimento da condição de pessoa com deficiência | 9 |
| Atas: Registro das reuniões ordinárias da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão | 8 |
| Total | 83 |

Tabela 08 – Encaminhamento de relatórios e prestação de informações solicitadas

| Descrição | Data de envio |
|--|---------------|
| Dados estatísticos CSJT – 2020, enviado à Seção de Programas de Saúde da Secretaria de Saúde | 08/01/2021 |
| Dados Anuais PLS-PJ e PLS-TRT2, enviado à Secretaria de Infraestrutura, Logística e | 13/01/2021 |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

| | |
|--|------------|
| Administração Predial | |
| Dados Anuais PLS-PJ e PLS-TRT2, enviado à Secretaria de Segurança Institucional | 14/01/2021 |
| Dados Anuais PLS-PJ e PLS-TRT2, enviado à Secretaria de Segurança Institucional (2º envio) | 18/01/2021 |
| Questionário CNJ - Avaliação Estratégica, enviado à Secretaria de Gestão Estratégica e Projetos | 18/01/2021 |
| Solicitação de Dados Anuais PLS-PJ e PLS-TRT2, enviado à Coordenadoria de Serviços Integrados à Promoção da Qualidade de Vida | 18/01/2021 |
| Manifestação da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, sobre PROAD 196/2021 - Ref.: ACD 0008308-54.2020.2.00.0000, cumprimento da Resolução CNJ nº 343/2020, encaminhada à Presidência do TRT-2 | 19/01/2021 |
| Dados Anuais PLS-PJ e PLS-TRT2, encaminhado à Coordenadoria de Estatística e Gestão de Indicadores | 20/01/2021 |
| Resposta ao Memo SVPA/SGEP 02/2021 - Relatório de Gestão de 2020 (TCU), enviada à Secretaria de Gestão Estratégica | 04/02/2021 |
| Envio de relação das pessoas com deficiência no TRT2, controlada pela Seção de Acessibilidade e Inclusão, à SGP e Secretaria de Saúde | 18/03/2021 |
| Questionário do Relatório de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho 2020, enviado à Secretaria de Auditoria Interna | 25/05/2021 |
| Resposta dos riscos do "9º Formulário Tratamento de Riscos de Conformidade", enviada à Seção de Riscos e Compliance | 16/07/2021 |
| Resposta dos riscos 02 e 04 do "7º Formulário Risco de Conformidade", enviada à Seção de Riscos e Compliance | 19/07/2021 |
| Resposta dos riscos 01, 02 e 04 do "8º Formulário Tratamento de Riscos de Conformidade", enviada à Seção de Riscos e Compliance | 19/07/2021 |
| Resposta dos riscos 01, 02 e 04 do "9º Formulário Tratamento de Riscos de Conformidade" (atualização), enviada à Seção de Riscos e Compliance | 20/08/2021 |
| Envio de informações para Auditoria 8/2021 - Avaliação de acessibilidade do questionário para servidores com deficiência e lista de servidores com deficiência | 31/08/2021 |
| Resposta à Auditoria Interna nº 8-2021 - Resposta - PROAD nº 41269-2021, ref. PROAD 31591-2021 | 02/09/2021 |
| Re: Auditoria 8/2021 - Acessibilidade Digital - PROAD 31591/2021 - Solicitação de dados sobre tipos de deficiência visual | 23/09/2021 |
| Plano Anual de Compras e Licitações | 28/10/2021 |
| Informações para Correição Ordinária | 29/10/2021 |
| Cumprimento da Resolução CNJ nº 400/2021 - Plano de Ações | 10/11/2021 |
| Manifestação sobre Relatório Preliminar da Auditoria Interna nº 8-2021 | 12/11/2021 |
| Total | 22 |

Tabela 09 – Atendimentos a magistrados, servidores e advogados com deficiência

Respostas/esclarecimentos enviados por e-mail à servidores com deficiência sobre assuntos relacionados a acessibilidade e inclusão



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

| | |
|---|------------|
| | 38 |
| Pedidos de informações feitos pela SAI ou respostas as solicitações de diferentes áreas do Tribunal sobre acessibilidade, inclusão e direitos das pessoas com deficiência | |
| | 86 |
| Solicitações de informações e/ou respostas a outros Órgãos sobre demandas de acessibilidade e inclusão – enviados por e-mail | |
| | 17 |
| Total | 141 |

Tabela 10 – Reuniões da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão e da Seção de Acessibilidade e Inclusão

| | |
|---|-----------|
| Reuniões ordinárias da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão | 08 |
| Reuniões extraordinárias da Seção de Acessibilidade e Inclusão | 81 |
| Total | 89 |

Na oportunidade, apresento protestos de elevada estima e de distinta consideração.

Ana Maria Moraes Barbosa Macedo
Desembargadora Presidente em exercício da
Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão